O DIREITO À CIDADE SOB A PERSPECTIVA DA INTERTERRITORIALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Safira Pereira, Charon Mahrara de Araújo Leite (Coorientador) Sandra Maria Scheffer (Orientador), e-mail: smscheffer@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Serviço Social.

Ciências Sociais Aplicadas, Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional.

Palavras-Chave: *Planejamento Urbano, Políticas Públicas, Território.*

Resumo

A territorialização perpassa a implementação de determinadas políticas públicas no Brasil. Esta pesquisa teve como o foco principal o de analisar a territorialização dos equipamentos públicos das políticas de saúde e assistência social no município de Ponta Grossa. Para tanto, delineou-se a territorialização identificando a interterritorialidade, o trabalho intersetorial, e a sinergia entre as políticas públicas em seu território. Quanto a metodologia utilizada: Pesquisa descritiva e exploratória, com fases bibliográficas e descritivas, bem como a utilização de geotecnologias. Dentre os resultados obtidos demonstrou-se a interterritorialidade dos equipamentos, seu potencial e relevância para o trabalho intersetorial.

Introdução

Ponta Grossa tem dispostas na área urbana, 47 Unidades Básicas de Saúde e 10 Centros de Referência de Assistência Social, sendo estes os equipamentos em nível básico das políticas de Saúde e Assistência Social. Esta pesquisa apresenta dados e reflexões sobre a interterritorialidade dos equipamentos das políticas públicas de Saúde e Assistência Social, problematizando o cruzamento das suas territorializações, afim de captar o fenômeno da interterritorialidade, que não deve estar alheio a lógica da intersetorialidade. Teve-se como objetivos específicos: Delinear a territorialização das políticas públicas de assistência social e saúde do município de Ponta Grossa; Identificar a interterritorialidade, o trabalho intersetorial e a sinergia entre as políticas públicas em seu território; Averiguar os programas executados pelas políticas selecionadas, de acordo com as demandas específicas de seu território.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada foi a de pesquisa exploratória e descritiva com fases bibliográficas e documentais, articulando produções existentes com o fenômeno, e o geoprocessamento por meio do *Google Maps* para formulação de mapas temáticos coadunantes com os objetivos estipulados.

Resultados e Discussão

O território é intrínseco ao direito à cidade, e pode apresentar diversas configurações e significados. A pluralidade deve ser considerada no trabalho territorial e intersetorial, principalmente entre as políticas com essa base de atuação. A interterritorialidade pode ser percebida no mapa temático disposto na F**igura 1**

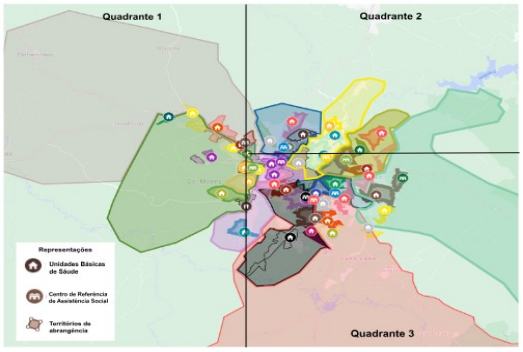


Figura 1.Interterritorialidade entre as Políticas de Saúde e Assistência Social - Ponta Grossa

Fonte: Elaborado pela autora

Demonstram-se 51 pontos de cruzamento entre as territorializações, bem como a diversidade de configurações dos territórios das políticas. Na tentativa de correlação entre interterritorialidade e intersetorialidade, utilizando o recorte de gênero, percebeu-se a incipiência de dados específicos sobre esta temática, especialmente na política de Assistência, e nos planos municipais e softwares de dados das políticas analisadas.

Conclusão ou Conclusões

A interterritorialidade está presente no município, devendo ser considerada no trabalho intersetorial. Percebe-se a centralização das Unidades Básicas de Saúde bem como a fragmentação de sua territorialização, além da dissonância da localidade dos CRAS com as prerrogativas do SUAS, no que tange a localização do equipamento. Não se é possível afirmar quanto a sinergia das políticas públicas, devido a incipiência de dados empíricos para sua comprovação. Expõem-se por meio da pesquisa o deficit de dados relativos à condição de gênero nas políticas, bem como sua incipiência nos planos quadrienais.

Agradecimentos

A minha família, amigos, orientadores e colegas.

ARREGUI, C. C. Direito à moradia e à cidade: concepções e referenciais teórico metodológicos para avaliação. In: KOGA, D; DINIZ, R. Passagens e abordagens pela cidade: entre territórios e territorialidades. Veras Editora. 2018.

RAFFESTIN, C . Por uma Geografia do Poder. Editora Ática. São Paulo. 1993.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. 3 ed. São Paulo: Editora Centauro. 2011